

Mapeando a Agricultura Urbana e Periurbana em Porto Alegre

Mapeo de la Agricultura Urbana y Periurbana en Porto Alegre

Sessão Temática: Planejamento Urbano e Regional

Rorato, Geisa; Doutora em Planejamento Urbano e Regional; UFRGS

geisa.rorato@ufrgs.br

KUHN, Eugenia; Doutora em Engenharia Civil; UFRGS

eugenia.kuhn@ufrgs.br

MELO, Bruno; Doutor em Planejamento Urbano e Regional; UFRGS

brunocesaremello@ufrgs.br

ALVES, Rodrigo; Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo; UFRGS

rodrigo.vitoria@ufrgs.br

GEREMIA, Giulia; Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo; UFRGS

giuliatognigeremia@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca apresentar um panorama inicial das iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana - AUP, e sua distribuição espacial, encontradas na metrópole de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. O artigo apresenta a introdução, metodologia, resultados e as conclusões. Ao final da leitura pretende-se ter contribuído para a melhor compreensão do fenômeno da agricultura urbana e periurbana na cidade de Porto Alegre.

Palavras-chave (3 palavras): AUP, agricultura urbana, porto alegre.

Abstract

This article intends to present an initial overview of the Urban and Peri-urban Agriculture initiatives, and its spatial distribution, found in the metropolis of Porto Alegre, capital of the state of Rio Grande do Sul. The article presents an introduction, methodology, results and conclusions. At the end of the reading, it is intended to achieve a better understanding of the urban and peri-urban agriculture phenomenon in the city of Porto Alegre.

Keywords: AUP, urban agriculture, porto alegre.

1. Introdução

A produção de alimentos e a criação de animais no contexto urbano, hoje relacionadas à definição de agricultura urbana, podem ser consideradas tão antigas quanto as cidades (COUTINHO, 2010). Durante o século XX foram estimuladas por políticas públicas ou pela organização da sociedade em países ocidentais em contextos de crise alimentar resultantes de guerras, crises econômicas e catástrofes ambientais (ALMEIDA, 2016; ZAAR, 2015) e, no século XXI, ganharam destaque, no Brasil e no mundo, particularmente durante a crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19 (SPERANDIO et. al., 2022).

Pode-se apontar que, a partir dos anos 1990, o tema da agricultura urbana ganhou destaque ao ser adotado pelas agências de cooperação e organizações internacionais para o desenvolvimento, motivadas pela busca de um desenvolvimento sustentável e pela preservação ambiental, contribuindo para o reconhecimento político da agricultura urbana internacionalmente e também no Brasil (Almeida, 2016).

Nacionalmente, a agricultura urbana ganhou destaque, também, a partir dos anos 1990, com foco na segurança alimentar e nutricional, num contexto de crise econômica ao ser incluída no Programa Fome Zero (CNSAN, 2014). A partir dos anos 2000, intensifica-se a discussão sobre a construção de uma Política Nacional de Agricultura Urbana (ainda não aprovada) e de Políticas Estaduais e Municipais. A partir dos anos 2010 é possível verificar o aumento no número de leis estaduais e municipais aprovadas sobre o tema (KUHN, RORATO, MELLO; 2019) bem como aumento no número de publicações sobre relatos de experiências relacionadas à agricultura nas cidades brasileiras (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011; KUHN, RORATO, MELLO; 2019). Além disso, dados do IBGE (2018) apontam que 55,5% das capitais brasileiras declararam contar com ações relacionadas a atividades de agricultura urbana. Estes dados permitem inferir que essa temática é uma realidade nas cidades brasileiras e que vem ganhando cada vez mais destaque.

Uma busca sobre publicações em Porto Alegre evidenciou que a grande parte das publicações encontradas, em sua maioria artigos de periódicos e teses, relatam experiências pontuais. Wandscheer (2015) analisa a AUP em Porto Alegre e Belém do Pará a fim de identificar as inter relações entre a atividade e as instituições dos municípios, concluindo que em Porto Alegre podem ser encontradas ações pontuais que não tiveram continuidade e que a capital destaca-se em relação aos canais de comercialização, além de apontar para o avanço em relação à articulação das instituições com ações de AUP. Wandscheer e Medeiros (2015) abordam a AUP em alguns bairros em zonas periurbanas da capital buscando compreender a situação socioeconômica de agricultores apontando para discrepâncias em relação a delimitação de espaços que são claramente rurais como espaços urbanos e que a atividade de AUP é relevante no contexto municipal, apesar de

enfrentar dificuldades oriundas da disputa do espaço, principalmente a especulação imobiliária, o que pode motivar a extinção de produções ou deslocamento para outros municípios próximos. Também são encontradas publicações que relatam experiências como a Horta da Formiga e a Horta da Lomba do Pinheiro (MEDINA 2019; VEECK, 2020). Ainda, há publicações que tratam do tema de forma mais genérica, aprofundando na discussão teórica (SCHUTZ, 2021; ALVES, 2019). Não foram encontrados estudos que abordem a agricultura urbana em Porto Alegre a partir de uma visão mais abrangente, que se debruçam a compreender os diversos tipos de iniciativas de AUP e seus desdobramentos na esfera legal, espacial, social e no planejamento urbano como um todo.

Buscando contribuir com a discussão sobre a agricultura urbana e peirurbana em Porto Alegre, o presente artigo tem como objetivo apresentar as iniciativas de agricultura urbana na capital e analisar suas características e distribuição espacial na cidade. O artigo está organizado em quatro partes, além da introdução e conclusão. A primeira parte traz uma discussão teórica sobre o conceito de agricultura urbana e a sua relação com o espaço urbano e rural da cidade. A segunda parte apresenta a metodologia adotada para o mapeamento das iniciativas de AUP em Porto Alegre, o levantamento de suas características e sua análise espacial. Na terceira parte são apresentados os principais resultados, na quinta parte é feita a discussão dos resultados. Ao final, são apresentadas as principais conclusões.

2. Referencial teórico

2.1. Agricultura urbana e periurbana: um conceito em evolução

A definição mais difundida internacionalmente e no Brasil sobre agricultura urbana é a formulada por Mougeot (2000) que a considera como uma indústria localizada dentro de áreas urbanas ou periurbanas de uma cidade pequena, média ou de uma metrópole, que produz, processa e distribui produtos alimentares e não alimentares, integrada à dinâmica urbana; que utiliza largamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços urbanos e que, por sua vez, forneça recursos humanos e materiais, produtos e serviços às áreas urbanas. Para Mougeot (2000) a característica fundamental da agricultura urbana é sua interrelação com o ecossistema urbano, ou seja, a agricultura será mais ou menos urbana quanto maior for sua integração com o sistema econômico e ecológico urbano.

Almeida (2016) e Rosa (2011) apontam que a definição mais difundida no Brasil foi a elaborada por Santandreu e Lovo (2007) a partir de um estudo sobre o panorama de iniciativas de AUP no Brasil, apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e por outras organizações de apoio à agroecologia e ao desenvolvimento social no contexto de discussões para a formulação da Política Nacional de Agricultura Urbana. Almeida (2016) destaca a influência da formulação de Mougeot (2000) nesta definição, ao

incorporar elementos conceituais como as atividades econômicas, as categorias de produtos, a localização intra ou periurbana, a noção de multidisciplinaridade e o papel da agricultura urbana na resolução de problemas sociais e ambientais urbanos. Esta autora reconhece ainda que esta definição é genérica e que precisa considerar outros conceitos como o de sistema de abastecimento alimentar urbano e o de gestão do solo urbano, entre outros.

A conceituação apresentada por Santandreu e Lovo (2007) considera a agricultura urbana e periurbana como um conceito multidimensional que engloba produção, transformação e prestação de serviços que gera produtos agrícolas e pecuários voltados tanto ao autoconsumo quanto à trocas, às doações ou à comercialização, utilizando de forma eficiente e sustentável os recursos e insumos locais. Quanto à localização, estas atividades podem ser praticadas em espaços intra urbanos, urbanos ou periurbanos, vinculadas às dinâmicas urbanas ou metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU e LOVO, 2007). Mencionam, também, a valorização e o respeito aos diversos saberes (científicos e populares), a promoção da equidade de gênero e a gestão democrática (ALMEIDA et. al. , 2018).

É importante comentar sobre o conceito de agricultura urbana incorporado na Lei Estadual que trata sobre a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul também tem influências das definições de Mougeot (2000) e Santandreu e Lovo (2007):

Por Agricultura Urbana entende-se o conjunto de atividades praticadas no intra urbano ou periurbano das cidades e integradas ao sistema ecológico-econômico, dentre as quais, o cultivo, a produção, a criação, o processamento artesanal e a distribuição de uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares destinados para consumo próprio e abastecimento local ou regional, priorizando a utilização dos recursos humanos e materiais, produtos e serviços locais (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Apesar de haver um conceito mais amplamente difundido no Brasil, ainda é frequente que as práticas de agricultura urbana sejam referidas de maneiras diversas por seus praticantes, pelas mídias sociais, pela literatura acadêmica e pelos instrumentos legais. Verifica-se uma abundância de termos utilizados em espaços de debate acadêmicos, políticos e comunitários, tais como hortas urbanas, hortas comunitárias, fazendas urbanas, jardins produtivos, entre outros. Como apontam Almeida (2016) e Rosa (2011), a variedade de termos utilizados é um indicador dos diferentes pontos de vista desta prática e que seus objetivos variam em função do lugar onde é praticada.

Outro ponto importante a ser destacado sobre os aspectos conceituais de AUP é a incorporação do adjetivo periurbano em várias leis e publicações sobre o tema. Almeida (2016) comenta que a utilização deste adjetivo no Brasil pode ter sido influenciada pelo

enfoque adotado por organizações institucionais tais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) e a Rede Internacional de Centros e Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAF) e em estudos e iniciativas voltadas à formulação de políticas públicas sobre o tema (a definição de agricultura urbana trazida pela FAO caracteriza-a como o cultivo de plantas e a criação de animais dentro e ao redor das cidades).

É importante destacar a reconhecida dificuldade de se delimitar o que é o periurbano (MIGUEL; TEMER, 2017; TRAVASSOS; PONTES, 2018) no Brasil. As áreas periurbanas podem ser compreendidas como espaços de transição do ponto de vista paisagístico, socioeconômico e ambiental, onde coexistem lógicas urbanas e rurais, resultando em espaços com atributos específicos, bem como fragilidades e potencialidades próprios destas áreas de transição (PEREIRA, 2013). Expressam uma situação transicional e de interface entre o campo e a cidade, entre o urbano e o rural, ou seja, são espaços que se caracterizam pela indefinição e pela heterogeneidade em relação aos usos do solo. Trata-se, portanto, de um território em consolidação (TRAVASSOS; PONTES, 2018). Para Pereira (2013) a transformação do espaço no processo de periurbanização implicaria em permanências rurais diante das mudanças provocadas na lógica da cidade, sendo esta a característica que diferencia o periurbano daquelas áreas de expansão urbana, onde a transição é vista como um processo de alteração de solo rural para urbano.

Apesar de ser um termo que parece estar incorporado nos debates acadêmicos e políticos quando se trata do reconhecimento dos diversos usos da terra em áreas de transição entre o urbano e o rural, ainda existem discussões sobre a pertinência da sua utilização, já que o termo esbarra na conceito binário adotado no Brasil sobre urbano e rural. A divisão territorial entre urbano e rural no Brasil é definida por uma lei dos anos 1930 (Decreto-Lei nº 311 de 1938) que delimita critérios de urbanidade e, por consequência, o restante como rural. Essa divisão territorial é competência dos municípios por meio da delimitação de seus perímetros urbanos (ZAMPIERI, BALESTRO, 2020) que, por sua vez, definem legalmente as zonas rurais e urbanas que acabam interferindo nos limites normativos para a realização de atividades agrícolas (ALMEIDA, 2016).

Almeida (2016) comenta sobre a importância de se aprofundar essa discussão, justamente pela carência de uma normativa político-administrativa sobre o periurbano no Brasil. Além disso, comenta sobre a importância de ampliar a compreensão do urbano, do periurbano e do rural como espaços de planejamento para o desenvolvimento.

2.2. O Urbano e o rural em Porto Alegre

A discussão conceitual sobre a agricultura urbana e periurbana mostra a importância em aprofundar este debate, principalmente quando são encontrados entraves ao acesso à políticas públicas voltadas à agricultura para os agricultores urbanos. Um destes entraves

pode ser motivado justamente pela dicotomia urbano-rural presente em diversas leis e políticas e no próprio Plano Diretor (LIMA et. al. 2019). Cabe lembrar que foi a partir do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que passou a ser obrigatória a inclusão de todo o território do município no Plano Diretor.

Neste sentido, o caso do Plano Diretor de Porto Alegre é interessante de ser analisado, bem como suas repercussões na relação urbano-rural na cidade. Historicamente, o crescimento urbano de Porto Alegre é concêntrico, partindo do centro para alguns núcleos isolados, alguns deles localizados na Zona Sul. Essa região é caracterizada por forte presença de áreas naturais e produção primária em um mosaico de atividades urbanizadas (ALBERTI et. al., 2018), que vem sofrendo alterações significativas com o surgimento de ocupações clandestinas e regulares de forma desordenada (TOCHETTO, et. al. 2013). Os impactos da urbanização em direção à Zona Sul de Porto Alegre podem ser melhor compreendidos no contexto da existência e da extinção de sua zona rural, que sofreu modificações desde o Plano Diretor de 1979 até o atual. No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1979 a zona rural correspondia a aproximadamente 30% do território do município, sendo reduzido para 8,3% quando reintroduzida em 2015 pela Lei Complementar 775/2015.

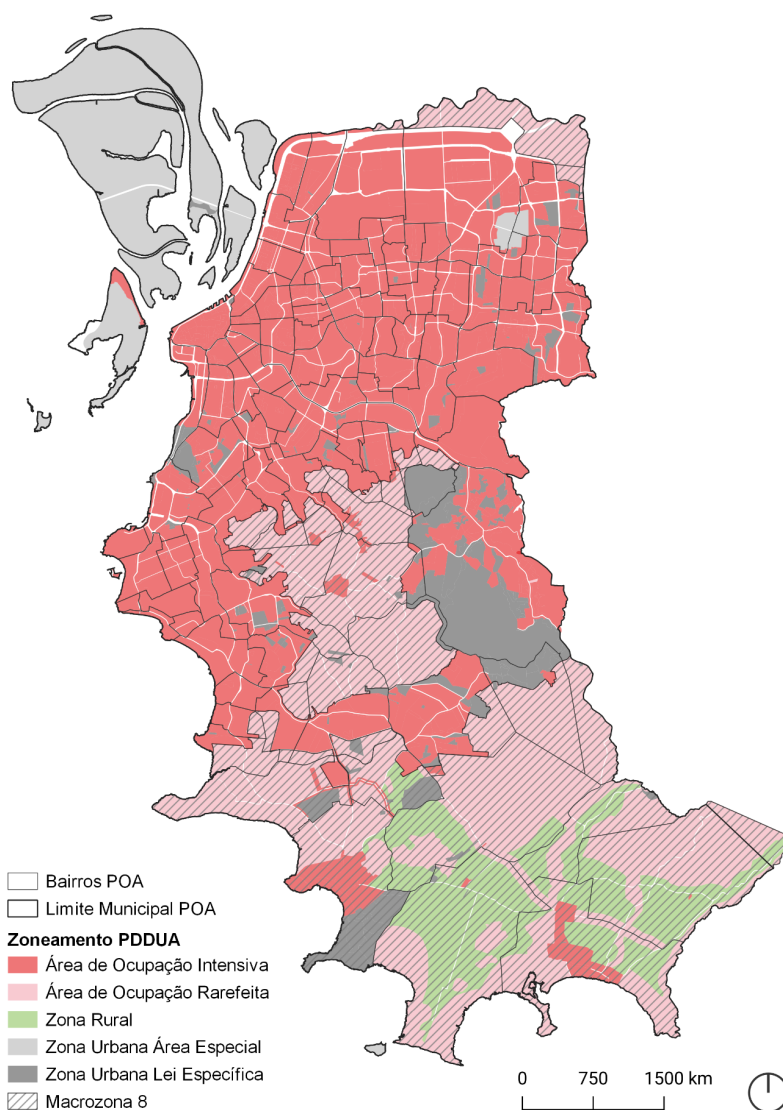
O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de 1999 e posterior revisão (2010) extinguiu a zona rural de Porto Alegre e adotou um planejamento onde a totalidade do território municipal era considerado como urbano legal dividido em Área de Ocupação Intensiva (AOI) e Área de Ocupação Rarefeita (AOR). A AOI é a área prioritária para fins de urbanização conciliada com a proteção do Patrimônio Ambiental. A AOR é caracterizada pela baixa densificação onde são permitidas atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção primária, com predominância à proteção da flora, da fauna e demais elementos naturais. O Plano Diretor divide o município em oito macrozonas, sendo a Macrozona 8 definida como Cidade Rururbana, que corresponde à AOR e caracterizada, entre outros usos, pela produção primária.

À época, os principais argumentos para a extinção da zona rural foram: crescimento da ocupação informal; complementaridade de funções entre o urbano e o rural, como a existência de sítios de lazer (atividade urbana) e de produção primária em área urbana; melhor administração de conflitos envolvendo ocupação do solo e prestação de serviços sem que houvesse envolvimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a dispersão das propriedades com produção agrícola tanto para subsistência quanto para comercialização por todo o território (SMURB, 2014). Kozenieski e Medeiros (2018) comentam que o espaço destinado à atividade agrícola vem diminuindo gradativamente em virtude da expansão da cidade, estando atualmente relegada, principalmente, ao sul do município.

Em 2015, após estudos da prefeitura (SMURB, 2014) que apontaram para demandas de produtores rurais que argumentam dificuldades de acesso às políticas públicas para agricultura familiar na zona urbana (ALBERTI et. al. 2018; LIMA et. al. 2019) houve a

retomada da zona rural. A Figura 1 apresenta o atual zoneamento do Plano Diretor, já com a reintrodução da zona rural.

Figura 1: Zoneamento de Áreas do Plano Diretor de Porto Alegre.



Fonte: Prefeitura de Porto Alegre – (Editado pelos autores)

Ao considerarmos a atividade agrícola na cidade, englobando tanto a agricultura urbana, periurbana e rural, é possível verificar o quanto é difícil identificar os limites entre o que seja a produção realizada em áreas urbanas, periurbanas e rurais em Porto Alegre. Se considerarmos os dados do Censo Agropecuário, Porto Alegre conta com 362

estabelecimentos cadastrados, porém apenas 22 (6%) estão localizados dentro do que atualmente é demarcado como zona rural. Já se considerarmos a divisão em Área de Ocupação Intensiva (AOI) e Rarefeita (AOR), 33 estabelecimentos estão localizados na AOI. Ou seja, é possível identificar que a maioria destes empreendimentos está localizada em áreas não densamente urbanizadas e não dentro da delimitação oficial da zona rural. Seriam as áreas periurbanas? Nesse sentido, Wandscheer e Medeiros (2015) argumentam que agricultura urbana e periurbana é um substantivo mais extenso como definição, ao considerar uma divisão entre atividades produtivas que estão mais concentradas na cidade e nas áreas periféricas.

A partir da constatação de que a agricultura urbana e periurbana é complexa e diversificada, buscou-se compreender como ela vem se materializando em Porto Alegre.

3. Metodologia

O levantamento das iniciativas de AUP em Porto Alegre foi realizado entre os dias 23/02/2021 e 29/06/2021 a partir de contatos com pesquisadores da área, com agentes de instituições públicas, além de pesquisas em repositórios e outras fontes. O levantamento foi complementado com algumas informações coletadas in loco, porém mais restritas devido ao contexto de pandemia vivido naquele momento.

A principal fonte de informação foi o Escritório Regional de Porto Alegre do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS, que elaborou uma lista de iniciativas de AUP em Porto Alegre. O levantamento foi realizado por Sandro Trevisan Fidler, Engenheiro Agrônomo Emater/Ascar-RS, Escritório Municipal de Porto Alegre e por Jovani Zalamena, Engenheiro Agrônomo do IFRS/Restinga, concluído em maio de 2021. Após análise da listagem e exclusão de duplicidades, foram extraídas 50 iniciativas de AUP em Porto Alegre.

Buscando complementar e ampliar esta listagem, foram realizadas buscas em repositórios para identificar outras iniciativas mencionadas na literatura, bem como identificar pesquisadores sobre o tema que poderiam ser contatados. Como resultado foram identificadas mais 15 iniciativas em Porto Alegre.

Como última estratégia de pesquisa, foram realizadas buscas na internet de reportagens ou postagens em redes sociais sobre iniciativas de AUP em Porto Alegre. Também foram sendo registradas iniciativas identificadas pelos pesquisadores a partir de verificação in loco. Ao total, foram identificadas mais 16 iniciativas, contabilizando, ao todo, 81 iniciativas mapeadas em Porto Alegre.



Complementarmente, foram verificados os estabelecimentos agropecuários cadastrados no Censo Agropecuário (2017)¹ localizados na área urbana de Porto Alegre, totalizando 340 empreendimentos com essa característica (93,9% do total de empreendimentos cadastrados).

A caracterização das iniciativas mapeadas considerou três critérios: a) objetivos; b) tipo de vinculação; e c) situação.

Os objetivos das iniciativas de AUP são uma forma de caracterização utilizada pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (CABANNES, 2012) que reconhece a existência de três tipologias principais:

- a) Dimensão social: refere-se principalmente, mas não exclusivamente, às iniciativas de AUP voltadas à subsistência dos pobres urbanos e que se concentram na produção para consumo doméstico. Essas iniciativas buscam gerar impactos como a inclusão social, redução da pobreza, desenvolvimento comunitário e, em geral, mostram pouca lucratividade direta (CABANNES, 2006).
- b) Dimensão econômica: refere-se às iniciativas de AUP orientadas ao mercado visando gerar impacto econômico e rentabilidade. São realizadas principalmente por empresas familiares de pequena escala ou por cooperativas e associações de produtores, mas podem também incluir fazendas empresariais de maior escala e administradas por investidores privados. Em geral envolvem toda a cadeia alimentar, desde a produção até o processamento e a comercialização (CABANNES, 2006).
- c) Dimensão ecológica: refere-se às iniciativas de AUP orientadas ao lazer, à recreação e à gestão ambiental. Apresentam caráter multifuncional pois buscam, além do fornecimento de alimentos, sensibilizar a população para questões ambientais e fornecer serviços ambientais tais como compostagem e tratamento de águas residuais de forma descentralizada e gestão da paisagem. Também adotam métodos de produção agroecológicos (CABANNES, 2006).

As iniciativas de AUP foram classificadas de acordo com o tipo de vinculação à equipamento urbano ou à instituição:

- a) Comunitária: englobam hortas comunitárias, que podem estar localizadas em terrenos públicos ou privados, com ou sem apoio institucional;
- b) Educacional: englobam hortas vinculadas à escolas públicas ou privadas;
- c) Apoio social: englobam hortas localizadas em instituições voltadas ao apoio social;
- d) Saúde: englobam hortas vinculadas à equipamentos de saúde (exemplo UBS);

¹ "Investiga informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas [...]. Tem como unidade de coleta toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda" (IBGE).

- e) Privada: englobam hortas localizadas em condomínios fechados ou outros terrenos privados;
- f) Comercial: voltadas à comercialização e obtenção de lucro com a venda;
- g) Religiosa: vinculadas à instituições religiosas;
- h) Outras: vinculadas a outros equipamentos ou instituições não enquadradas em nenhuma das outras categorias listadas.

A situação das iniciativas de AUP mapeadas foi identificada a partir de contato realizado por telefone ou por e-mail. Foi possível obter contato com 90% das iniciativas mapeadas, a situação das demais foi realizada por pesquisa em outras fontes de busca, como movimentação nas redes sociais. A situação considerou três possibilidades:

- a) Ativa: iniciativas de AUP que estavam sob cuidado e manutenção mínimos durante o período da pesquisa;
- b) Inativa: iniciativas de AUP que estavam desativadas devido à pandemia mas que poderiam ser retomadas;
- c) Encerrada: iniciativas de AUP que encontravam-se descontinuadas no período da pesquisa sem previsão de serem retomadas, podendo terem sido encerradas ainda antes da pandemia.

Ainda, buscando compreender melhor a distribuição espacial das iniciativas de AUP mapeadas, foram considerados dados sobre o zoneamento do Plano Diretor, sobrepondo a localização dessas iniciativas com as áreas definidas no PDDUA, anteriormente citadas neste artigo no tópico 2.2.

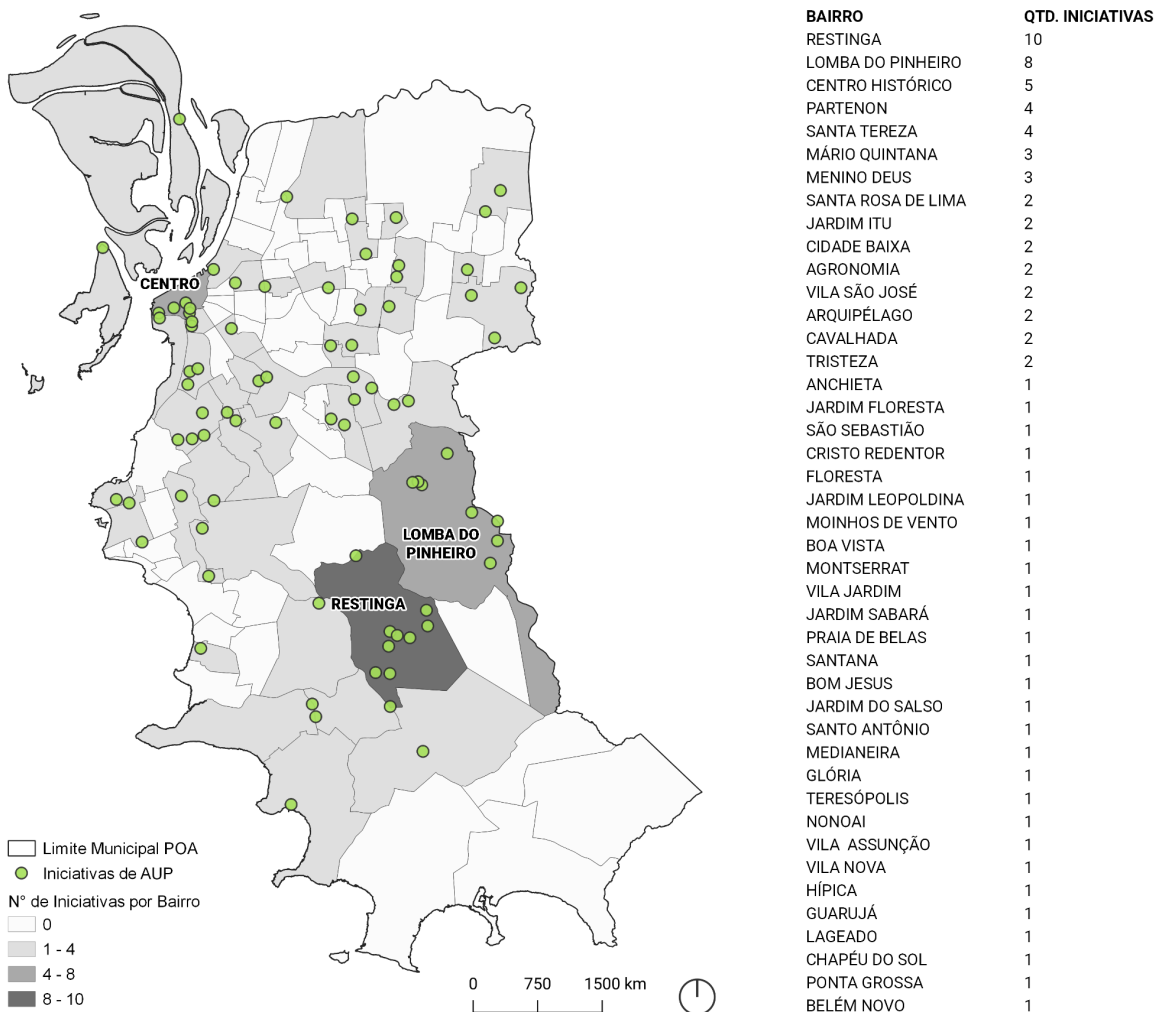
4. Agricultura Urbana e Periurbana em Porto Alegre

No levantamento realizado foram identificadas 81 iniciativas de AUP em Porto Alegre, apresentadas na Figura 2. É possível identificar maior concentração em bairros mais periféricos como a Restinga (10 iniciativas) e a Lomba do Pinheiro (08 iniciativas), dois dos bairros com maior concentração de domicílios pobres (CENSO, 2010), seguidos pelo bairro Centro Histórico (05 iniciativas). Lomba do Pinheiro e Restinga estão localizados na zona sul da cidade, são bairros que tangenciam as áreas mais rurais e de ocupação rarefeita de Porto Alegre, em contraste com o centro que é predominantemente composto pela área intensiva.

Figura 2: Espacialização das iniciativas de AUP em Porto Alegre por bairros.

MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS AUP EM PORTO ALEGRE POR BAIRRO

SRC: SIRGAS 2000 UTM 22S
Autor: Rodrigo Vitória Alves
Fonte: Os autores



Fonte: Os autores

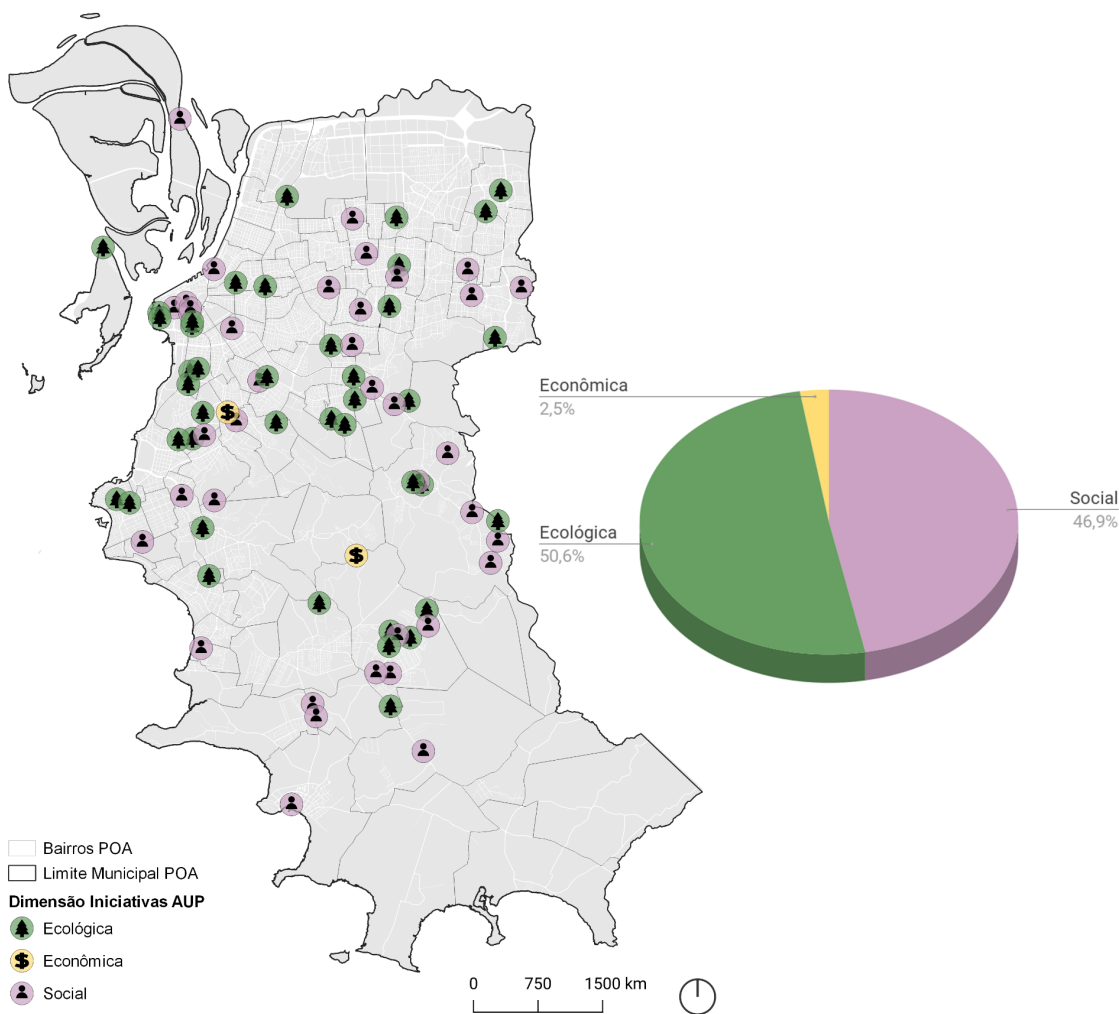
As iniciativas mapeadas foram classificadas de acordo com seus objetivos, se mais relacionados à dimensão social, econômica ou ecológica (Figura 3). É importante comentar que a classificação das iniciativas em relação aos objetivos foi complexa, já que muitas hortas enquadram-se em mais de um objetivo, tendo usos recreacionais, educacionais e de lazer ao mesmo tempo, por exemplo. Nestas situações, considerou-se o objetivo que predominava nas atividades da horta. Das 81 iniciativas consideradas, a maioria enquadra-se na dimensão ecológica (50,62%) e social (46,91%), e em menor quantidade na

econômica (2,47%). Estes dados demonstram que em Porto Alegre existe uma maior vinculação das iniciativas de AUP à segurança alimentar e nutricional.

Figura 3: Iniciativas de AUP em Porto Alegre por objetivo (dimensões social, ecológica ou econômica).

MAPEAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS AUP EM PORTO ALEGRE POR DIMENSÃO

SRC: SIRGAS 2000 UTM 22S
Autor: Rodrigo Vitória Alves
Fonte: Os autores



Fonte: Os autores

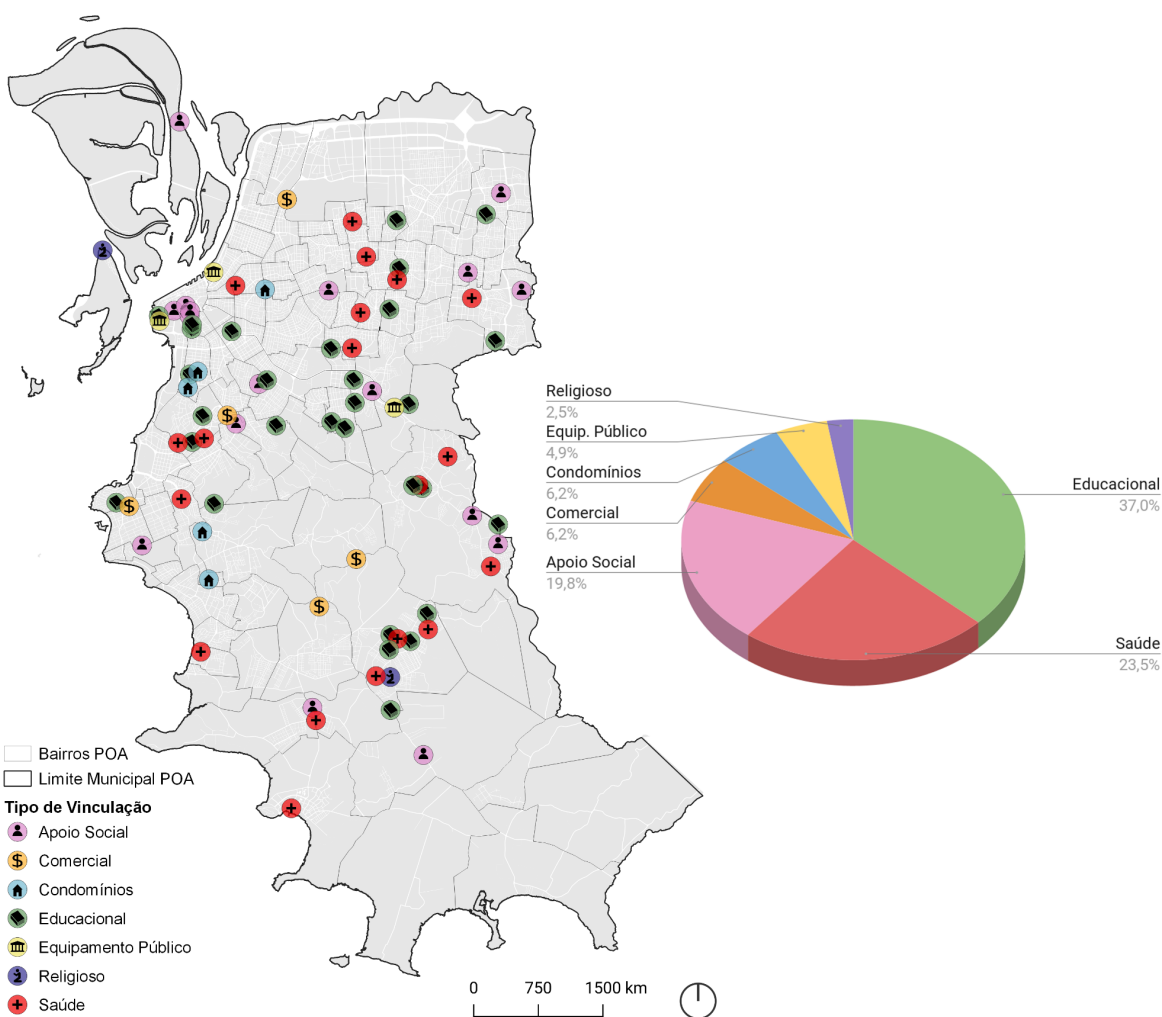
Analisou-se também o tipo de vinculação à equipamento urbano ou à instituição. É interessante observar a grande quantidade de iniciativas localizadas em escolas (30 iniciativas). Também são inúmeras as iniciativas vinculadas a equipamentos de saúde (19). Estas iniciativas são reconhecidas institucionalmente e muitas delas fazem parte de políticas públicas que extrapolam a esfera do município, podendo ser uma das explicações para a

grande vinculação à equipamentos de educação e saúde. Foram identificadas diversas iniciativas vinculadas a equipamentos de apoio social (16) e, em menor quantidade, iniciativas comerciais (05), localizadas em condomínios residenciais (04), localizadas em equipamentos públicos (04) e em estabelecimentos religiosos (02) (Figura 4).

Figura 4: Iniciativas de AUP em Porto Alegre por tipo de vinculação a equipamentos urbanos ou a instituições.

MAPEAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS AUP EM PORTO ALEGRE POR TIPO DE VINCULAÇÃO

SRC: SIRGAS 2000 UTM 22S
Autor: Rodrigo Vitória Alves
Fonte: Os autores



Fonte: Os autores

Considerando a situação da iniciativa no período da consulta (janeiro a julho de 2021), foi possível identificar que das 81 iniciativas mapeadas, 41 (50,62%) estavam ativas no momento da consulta, 28 (34,57%) estavam inativas e 12 (14,81%) estavam encerradas.

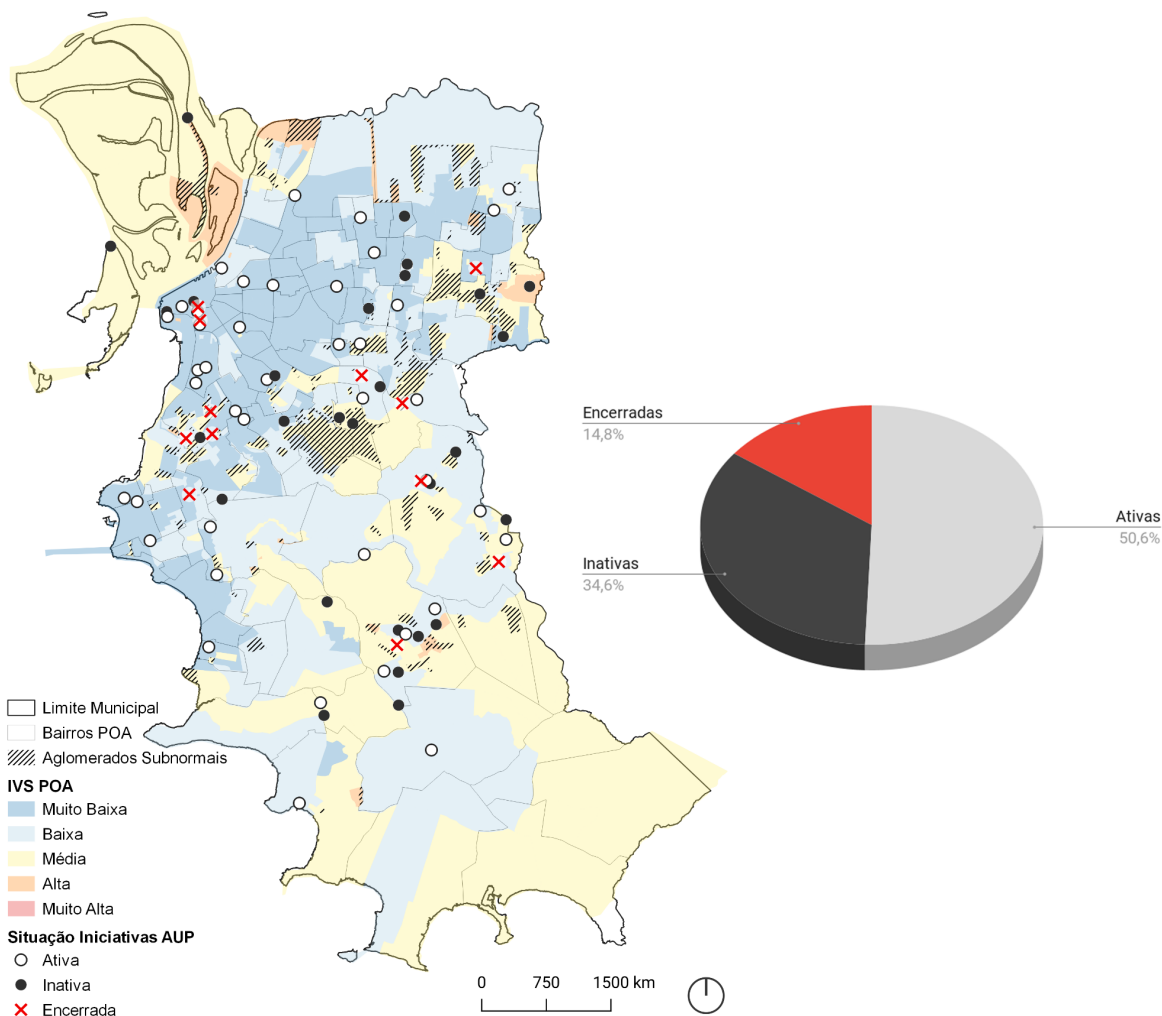
Não foi possível identificar, neste estudo, o que motivou o encerramento das atividades de algumas iniciativas, porém é possível apontar que as hortas em unidades de saúde estavam enfrentando dificuldades antes mesmo da pandemia, em função da insegurança em relação a demissões de profissionais após a extinção do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), já que em muitas destas unidades de saúde as hortas eram coordenadas por estes profissionais. Das 81 iniciativas mapeadas, 19 delas estão localizadas em equipamentos de saúde, sendo que 04 encontravam-se encerradas, 06 inativas e 09 ativas.

Das 30 iniciativas identificadas em escolas, apenas 10 encontravam-se ativas, 15 estavam inativas e 05 encerradas, dados que podem demonstrar o impacto da pandemia sobre estas hortas. As hortas nas escolas são utilizadas como ferramentas pedagógicas no trabalho manual junto aos alunos e, devido a impossibilidade de manutenção das aulas presenciais durante a pandemia, grande parte das hortas (66,6%) estavam inativas ou encerradas, principalmente as vinculadas às escolas públicas. Os contatos realizados com as escolas apontou que poucos professores, funcionários ou outras pessoas da comunidade se dispuseram a manter alguma manutenção básica nas hortas, configurando uma situação em que a horta não estava encerrada mas inativa (Figura 5).

Figura 5: Iniciativas AUP em POA por situação (ativa, inativa ou encerrada).

MAPEAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS AUP POR SITUAÇÃO DE ATIVIDADE/INATIVIDADE

SRC: SIRGAS 2000 UTM 22S
Autor: Rodrigo Vitória Alves
Fonte: Os autores, Censo IBGE 2010, IPEA



Fonte: Os autores

A Figura 6 permite visualizar a localização das iniciativas encerradas e inativas em relação às áreas mais vulneráveis em Porto Alegre. Foram considerados os aglomerados subnormais do IBGE (2019) e o índice de vulnerabilidade social - IVS calculado pelo IPEA (2015). É possível identificar que as iniciativas encerradas e inativas estão localizadas em bairros mais periféricos e em regiões mais próximas a aglomerados subnormais e áreas com vulnerabilidade social média e alta. Por outro lado, é possível identificar que as hortas que permanecem ativas estão localizadas em áreas mais densas e mais centrais da cidade.

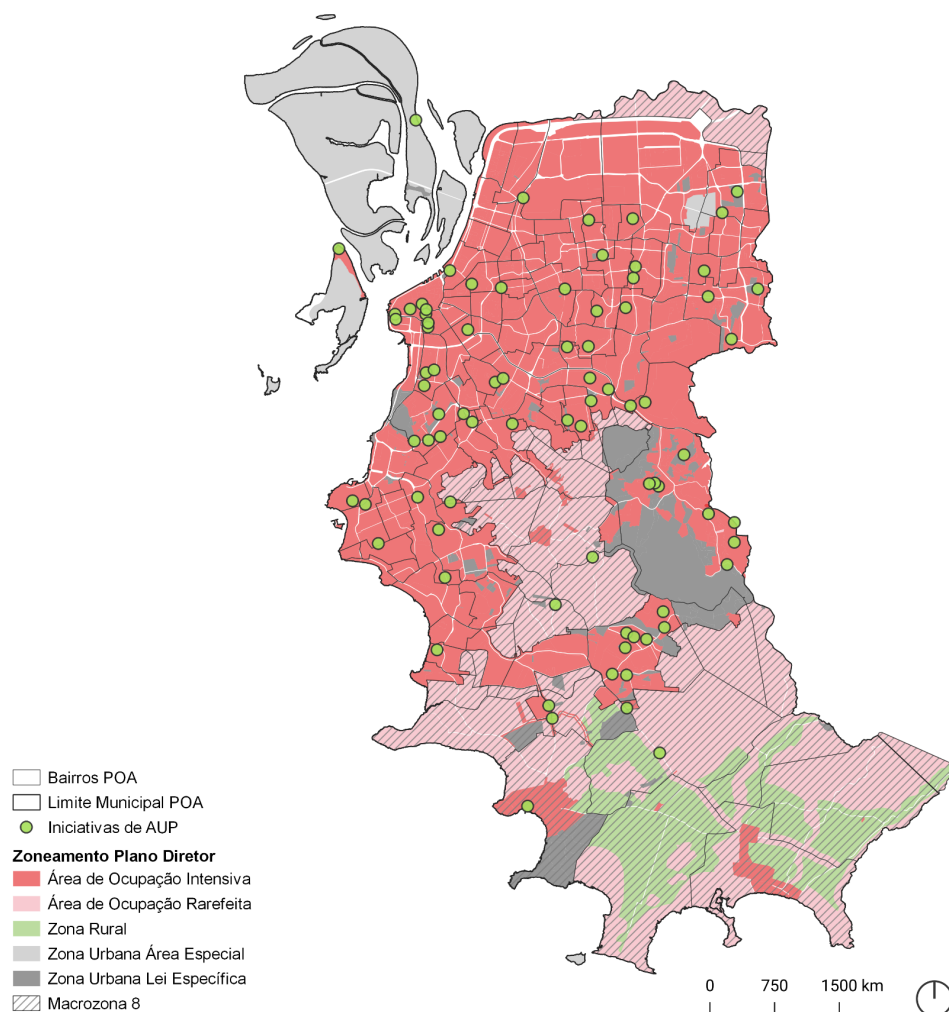
Buscando compreender melhor a distribuição espacial das iniciativas de AUP mapeadas em Porto Alegre, principalmente em relação à sua localização (em áreas urbanas ou

periurbanas), foi considerado o zoneamento do Plano Diretor, principalmente a AOI e AOR. Das 81 iniciativas de AUP mapeadas, a grande maioria (85,19%) estão localizadas na AOI (Figura 6).

Figura 6: Iniciativas AUP x Zoneamento PDDUA.

MAPA DAS INICIATIVAS DE AUP EM POA E SUA RELAÇÃO ESPACIAL COM AS ZONAS DO PDDUA

SRC: SIRGAS 2000 UTM 22S
Autor: Rodrigo Vitória Alves
Fonte: Os autores, Prefeitura de Porto Alegre



Fonte: Os autores

5. Discussão

A análise das iniciativas de AUP em Porto Alegre permite verificar que são diversas tanto quanto a sua localização em área urbana ou periurbana, quanto ao tipo de vinculação a

equipamentos urbanos ou instituições. Em relação aos objetivos, a predominância da dimensão social é condizente com o encontrado na literatura no Brasil, onde a AUP está historicamente relacionada à segurança alimentar e nutricional e ainda pouco relacionada à comercialização.

Muitas das iniciativas mapeadas são de conhecimento de órgãos públicos e, muitas delas, contam com algum tipo de apoio. Em Porto Alegre podemos citar a EMATER/RS, a Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SMDDET, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e outras ONGs que atuam no apoio destas iniciativas. Porém, ainda existem muitas iniciativas que são desconhecidas e, como consequência, não contam com apoio institucional, principalmente hortas pequenas localizadas em comunidades mais afastadas, mais carentes e com maior dificuldade de acesso e comunicação. Os dados apresentados permitiram identificar a fragilidade de algumas hortas no período da pandemia, mesmo contando com apoio institucional, a partir do grande número de iniciativas encerradas ou inativas. É possível afirmar que a sua situação depende do tipo de vínculo e de sua localização na cidade. As iniciativas mais periféricas e localizadas em áreas menos densas foram as mais impactadas com a pandemia.

Ainda há dificuldades de encontrar informações sistematizadas sobre agricultura urbana e periurbana em Porto Alegre junto ao poder público, pois as iniciativas existentes estão sob responsabilidade de secretarias diferentes, muitas não conhecendo a atuação da outra. Neste sentido, a recente articulação do Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana de Porto Alegre - FAUPOA é uma iniciativa importante para dar maior visibilidade ao tema. Outro ponto positivo que tem mostrado como o tema tem ganhado destaque junto ao poder público foi a recente promulgação, em Porto Alegre, do Decreto 21.576 que "Dispõe sobre a Implantação de Hortas Urbanas Comunitárias em áreas de parques, praças e terrários urbanos no Município de Porto Alegre".

Cabe destacar a importância de algumas hortas comunitárias em Porto Alegre, como é o caso da Horta da Lomba do Pinheiro, considerada a maior e mais conhecida da capital.

5. Conclusões

A ideia de construir um panorama das iniciativas de agricultura urbana e periurbana de uma cidade vai em direção a uma tentativa de articulação das demandas, dos conflitos e das potencialidades desse tema, como já citado, tão importante e emergente na atualidade.

Compreende-se este trabalho, portanto, como um pontapé inicial para o entendimento da AUP nas metrópoles e como possível referência na elaboração de planos e políticas voltados à Agricultura Urbana e Periurbana em Porto Alegre. Podemos reafirmar a ideia de que a AUP deve ser analisada sob muitos olhares além da produção de alimentos. As hortas

em Porto Alegre significam locais de trocas, de experiências de vida, de tradições e de acolhimento.

Referências:

ALBERTI, C.; RORATO, G.; KUHN, E.; MINCARONE, M. **Áreas rurais sob pressão urbana: uma proposta de planejamento por cenários aplicada ao caso da Fazenda do Arado Velho em Porto Alegre**. Third International Conference Agriculture and Food in an Urbanizing Society. Porto Alegre, 2018.

ALMEIDA, D.A.O. **Isto e Aquilo: Agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ALMEIDA, D. A. O.; ORNELAS, G. M. ; ARAUJO, M. L. ; MARQUES, L. M. F. J. ; FERREIRA, C. M. T. ; LIMA, V. G. S. ; NARDINI, P. C. C. ; MACHADO, R. P. M. ; COSTA, H. S. M. . **Um Diálogo entre a Agroecologia e a Agricultura Urbana em Regiões Metropolitanas**. Revista Brasileira de Agroecologia (Online), v. 13, p. 168-180, 2018.

ALVES, D. **A sustentabilidade econômica, social e ambiental da agricultura periurbana orgânica de Porto Alegre-RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

BRANCO M; ALCÂNTARA FA. 2011. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira** 29: 421-428.

CABANNES, Y. Financing and Investment for Urban Agriculture. In: R. van Veenhuizen (Ed.), **Cities Farming for the Future: Urban Agriculture for Green and Productive Cities**. IIRR, RUAF, IDRC. 2006.

CABANNES, Y. FAO Legislative Study 108. **Pro-poor legal and institutional aspects of Urban and Peri-Urban agriculture**. In: United Nations (2013). Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2012.

CNSAN. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)**. Brasília, 2014.

COUTINHO, M.N. **Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

IBGE. **MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. IBGE, 2018.

KOZENIESKI, E. M; MEDEIROS, R. M. V. **O rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre**. Revista Confins, número 35, 2018.

KUHN, E. RORATO, G. MELLO, B. **Agricultura urbana e periurbana no Brasil: uma revisão das iniciativas existentes e das discussões no campo do planejamento urbano e regional**. Arquisur. Belo Horizonte, 2019.

- LIMA, C. F.; LOPANE, A. R. M.; PEREIRA, T. C. G.; WILKINSON, J. **Velhas e novas dicotomias do rural/urbano no planejamento urbano e políticas públicas e seus impactos para agricultura familiar urbana: o caso de Porto Alegre**. ENANPUR, 2019.
- MEDINA, K. **A horta comunitária na cidade, um olhar para além dos cultivos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.
- MIGUEL, M. TEMER, E. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. IBGE, Coordenação de Geografia – Rio de Janeiro. 2017.
- MOUGEOT, L. 2000. Agricultura Urbana: Conceito e Definição. **Revista de Agricultura Urbana**. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU1/AU1conceito.html>>
- PEREIRA, A.S. **Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano**. Terra Plural, 7(2), 287–304. 2013.
- RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 15.222, de 28 de agosto de 2018**.
- ROSA, P.P.V. Políticas Públicas em Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil. **Revista Geográfica da América Central**, 2, 1–17, 2011.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I.C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas**. REDE, FAO, MDS, 2007.
- SCHUTZ, G. ALVES, D., OLIVEIRA, L. **Perspectivas sobre as tendências e desafios da agricultura periurbana de Porto Alegre**. 2021.
- SMURB. Urbano. **Urbano, rural, rururbano: considerações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2014.
- SPERANDIO, A. *et al.* Cidades Pequenas e Agricultura Urbana no Contexto da Pandemia COVID-19. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, 6(20), 2022.
- TOCCHETTO, Et. Al. **Sítios Arqueológicos Históricos da Área Rural de Porto Alegre: Um Patrimônio a ser Pesquisado e Preservado**. In: Revista Memorare V. 1, N. 1 (2013) Disponível em: <<http://Dx.Doi.Org/10.19177/Memorare.V1e12013207-217>>
- TRAVASSOS, L.; PORTES, B. **Rural metropolitano: caracterização e regulação na Região Metropolitana de São Paulo (Brasil)**. GOT - Journal of Geography and Spatial Planning, 14, 359–380, 2018.
- VEECK, C. **Hortas Urbanas, a experiência do Centro de Referência em Assistência Social da Lomba do Pinheiro**. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, n(2), 2020.



WANDSCHEER, E. MEDEIROS, R. **Agricultura Urbana em Porto Alegre: Dinâmicas socioeconômicas no espaço local**. Geosaberes, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 298 - 312, julho de 2015. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/387>>

WANDSCHEER, E. **Agricultura Urbana: Uma análise da atividade em Belém-PA no norte e Porto Alegre-RS no sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará. Geosaberes, Fortaleza, v.6, n(1), p. 298 – 312, Outubro, 2015.

ZAAR, M.H. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, 27(3), 26–44, 2015.

BALESTRO, F. ; ZAMPIERI, Fábio Lúcio . Efetividade da legislação urbanística na regulação da ocupação urbana em zonas rurais: análise para o município de Estância Velha para o período de 1955-2018. **DIREITO DA CIDADE**, v. 12, p. 118-151, 2020.